

Política Comparada: Tradições, Métodos e Estudos de Caso

Comparative Politics: Traditions, Methods and Case Studies

Bruno Vicente Lippe Pasquarelli¹

Resumo: O principal objetivo deste artigo é analisar o desenvolvimento da ciência política comparada, destacando seus pressupostos, pontos positivos e negativos, examinando as ferramentas dos métodos quantitativos e qualitativos, além dos estudos de caso. Em um processo de pesquisa, as principais dimensões estão ligadas com seus objetivos, os métodos de geração de teoria, e os métodos de análise empírica. Sendo assim, em primeiro lugar, será examinado o desenvolvimento histórico da ciência política comparada a partir de suas influências, pontos positivos e negativos para, a seguir, visualizar seus principais paradigmas de análise. Em segundo lugar, será feito o debate do método quantitativo versus o método qualitativo. Por fim, serão destacadas as ferramentas dos estudos de caso, e como seus parâmetros e mecanismos podem colaborar para os mais variados desenhos de pesquisa.

Palavras-chave: Estudo de Caso; Política Comparada; Process-Tracing; Qualitativo; Quantitativo.

Abstract: The main objective of this paper is to analyze the development of politics comparative politics, highlighting their assumptions, strengths and weaknesses, examining will be highlighted the tools of quantitative and qualitative methods, in addition to the case studies. In a research process, the main dimensions are linked with their goals, methods of theory generating, and methods of empirical analysis. So, firstly, the paper will examine the historical development of comparative politics from their influences, positive and negative points, then view your main paradigms of analysis. Secondly, the discussion of the quantitative method will be done versus the qualitative method. Finally, will be highlighted the tools of case studies, and how its parameters and mechanisms may contribute to various research designs.

¹ Doutorando da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP); email: brunopasqua@gmail.com

Keywords: Case Studies; Comparative Politics; Process-Tracing; Qualitative; Quantitative.

1. História e tradições metodológicas

A política comparada assegura um ambicioso escopo de pesquisa, pois nenhum fenômeno é externo, irrelevante ou inalcançável. Mas por que estudar a política comparada? Segundo Lichbach e Zuckerman (1997, p. 4), compara-se para examinar um caso e revelar o que ele nos diz sobre um amplo conjunto de fenômenos políticos, ou para destacar as particularidades da política para ideias teóricas mais gerais. E um estudo apropriado da política requer comparações sistemáticas, onde as generalizações estão situadas em um contexto de grandes questões do pensamento social.

A história da ciência política comparada revela períodos de estabilidade intelectual com momentos de colapso teórico (Blyth, 2006, p.493). Para compensar a irrelevância que a disciplina adquiriu no período anterior à Primeira Guerra Mundial, muitos cientistas políticos passaram a fornecer previsões de diversos eventos. Era necessário, segundo Lowenstein (1944, p.541), superar os erros dos estudos comparativos do passado, fazendo com que a disciplina se tornasse um instrumento de engenharia social, com elementos positivos e com previsões.

Nesse sentido, apoiadas na psicologia, novas análises comparadas surgiram. A partir de uma abordagem comportamental (*behaviorista*), rejeitavam os métodos empregados pela ciência política institucional dos períodos anteriores². Influenciada pela metodologia dedutiva da economia, a proposta comportamentalista se firmou nos anos 1950 por meio de seis pontos principais: descrições objetivas; generalizações empíricas; métodos sistemáticos e diferenciais; material empírico; quantificação; e multidisciplinaridade teórica e

² Os primeiros estudos institucionais remontam a Aristóteles, sendo revitalizados por Locke, aprimorados por Montesquieu, no século XVIII, e recebendo contribuições dos federalistas norte-americanos, de Tocqueville, e dos teóricos da Economia Política. No entanto, eram enfoques extremamente formalistas e normativos, sendo insuficientes para explicação de fenômenos políticos de maior complexidade, como o nazismo, o fascismo e a crise do liberalismo. Eram necessários, então, novos estudos comparados que considerassem a dinâmica real da política (Peres, 2008, p.54-5).

metodológica (Peres, 2008, p.59). Mas quais fatores permitiram a ascensão do comportamentalismo? Em primeiro lugar, a desvalorização de trabalhos de cientistas políticos institucionalistas com o advento da Guerra Fria; em segundo lugar, pela incapacidade de explicar fenômenos políticos da época; em terceiro lugar, pela ineficácia da aplicação do modelo político norte-americano em países não-industrializados; e, por fim, a influência de pesquisadores e teóricos europeus, que se instalaram nas principais universidades dos Estados Unidos (Peres, 2008, p.57).

Consequentemente, diversos acadêmicos da ciência política procuraram encontrar regularidades e uniformidades causais, negligenciando o fato de que as mudanças políticas e sociais não devem ser explicadas por meio de regularidades, mas por conjunturas acidentais. Na sua ânsia em se tornar científica, a ciência política perdeu contato com sua base ontológica, tratando eventos e fenômenos políticos como eventos naturais e determinados, semelhantes aos encontrados nas ciências exatas (Almond e Genco, 1977, p.489; p.497). O comportamentalismo, pautado pelo conhecimento dedutivo, buscava descobrir regularidades e leis gerais de processos políticos e sociais por meio de generalizações e de padrões estáveis, em relações de *causa-efeito* (Almond e Genco, 1977, p.497-505). No entanto, utilizando a metáfora de *nuvens e relógios*, Popper (1972) demonstrou a heterogeneidade da realidade, e a impossibilidade de um modelo único de explicação científica. Enquanto as nuvens seriam imprevisíveis (como as sociedades), os relógios são conhecidos pela regularidade. Ao postular que o universo e suas partes obedeciam às leis naturais, sendo que os movimentos poderiam ser previstos, a revolução newtoniana da ciência influenciou o surgimento do determinismo científico. Com isso, todas as nuvens seriam relógios, ou seja, as ciências seriam previsíveis (Popper, 1972, p.210). Já na década de 1920, o desenvolvimento da teoria quântica desafiou o modelo determinista, destacando que as mudanças são fundamentais aos processos naturais. Nesse sentido, todos os relógios seriam nuvens; apenas as nuvens existiriam, sendo que a imprevisibilidade ditaria os postulados científicos. Para Popper (1972, p.254-55), haveria três maneiras de se conceitualizar a realidade social: como relógio, como nuvem, e como um sistema de controles plásticos. Por sua vez, a realidade política

seria melhor caracterizada por meio do terceiro tipo de conceito, pois consiste de ideias, decisões, objetivos e propósitos em interação constante e intensa com outras ideias, comportamentos e com o mundo físico. Então, as peças centrais desse sistema seriam as escolhas e decisões, sem repertórios fixos, sendo sujeitas a uma complexa série de restrições e oportunidades. Ou seja, não havia como pensar a política por meio de fenômenos naturais determinados (Almond e Genco, 1977, p.492).

As regularidades existem e são cruciais para a pesquisa científica; porém, não são os únicos objetivos e muito menos a única parte da realidade, pois existem exceções para qualquer tipo de generalização. Como consequência, a estratégia explicativa das ciências exatas possuía pouca aplicação para a ciência política, pois modelos baseados em determinismos somente compreenderiam uma parte das interações sociais e políticas; as regularidades, pautadas pela imprevisibilidade, não explicariam as relações entre as variáveis, mas apenas as condições que afetariam os resultados (Almond e Genco, 1977, p.492).

O comportamentalismo influenciou o surgimento da teoria da modernização (Huntington, 1968) e do funcionalismo. Tais tradições destacavam que as sociedades seriam entidades em equilíbrio, compartilhando funcionalidades com vistas à integração, à adaptação e ao cumprimento de objetivos. Nesse sentido, algumas culturas políticas eram vistas como melhores ou piores em se adaptar aos ditames da modernidade, sendo que o caminho para se tornar uma democracia capitalista já estava definido (Blyth, 2006, p.493).

No entanto, essas novas teorias foram invalidadas com o passar dos anos, pois o mundo político e social não deveria ser visto através do prisma da estabilidade e da regularidade. Não havia somente um tipo de sociedade, sendo necessário considerar os diversos tipos de sistemas políticos. Com isso, novamente, a Ciência Política comparada tornou-se instável, sofrendo uma nova reformulação. E, na década de 1960, um dos primeiros autores a estabelecer as questões centrais do campo da política comparada foi Eckstein e Apter (1963). Já Holt e Turner (1970) coletaram um conjunto de contribuições que elevaram o nível da sofisticação teórica. E o campo avançou através do diálogo entre seus pontos positivos e negativos, sucessos e fracassos de suas tradições teóricas.

Paralelamente ao desenvolvimento científico da política comparada, o neo-institucionalismo surgiu como um movimento de rejeição à ausência de cientificidade do institucionalismo e à falta de análise do contexto institucional do comportamentalismo (Fernandes, 2007, p.2; Peres, 2008, p.60). Os principais pontos de contestação empírica do comportamentalismo foram, em primeiro lugar, os estudos sobre o Congresso norte-americano, que postularam novas perspectivas teóricas acerca das decisões políticas, pois as regras que estruturam o processo decisório seriam responsáveis pela estabilidade das decisões e pelos resultados das escolhas, fazendo com que as instituições se tornassem as principais variáveis explicativas centrais dos processos políticos (Shepsle, 1986); e, em segundo lugar, pelo método dedutivo da economia, assentado nas motivações e preferências racionais dos indivíduos (Downs, 1999). Então, o institucionalismo foi revitalizado, trazendo as instituições para o centro da análise – e preocupando-se com as metodologias científicas rigorosas e com a orientação empírica (Peres, 2008, p.61).

Por conseguinte, na década de 1970, as instituições tornaram-se as variáveis explicativas do comportamento e das decisões políticas, concentrando-se no desenho constitucional e nas regras do jogo político, de modo que os atores respondem a um conjunto de regras formais ou informais circunscritas às instituições (Peres, 2008, p.65). Porém, neo-institucionalismo não é uma corrente de pensamento unificada, pois inúmeras divergências separaram os campos e as escolas que se esforçaram para construir teorias em política comparada. Sendo assim, essa corrente pode ser dividida em três metodologias de análise que buscam elucidar o papel desempenhado pelas instituições na determinação de resultados sociais e políticos: o institucionalismo histórico, o institucionalismo da escolha racional e o institucionalismo sociológico (Hall e Taylor, 2003), de maneira que nenhuma escola exhibe uma ortodoxia rígida e uniforme; ambas dividem uma simetria ontológica e epistemológica (Lichbach e Zuckerman, 1997, p.7).

Em primeiro lugar, diversos programas de pesquisa passaram a visualizar a noção de “Estado como um ator” com vários graus de autonomia e de capacidade. Com isso, a análise do Estado passou a ser feita de maneira desagregada, em uma série de instituições e de seus efeitos históricos (Steinmo, Thelen e Longstreth,

1992). Surgia, então, o institucionalismo histórico, que se desenvolveu como crítica ao estrutural-funcionalismo, buscando explicações sobre a distribuição desigual do poder e dos recursos a partir do conflito entre organização institucional da comunidade política e estruturas econômicas, examinando instituições políticas e sociais e o relacionamento entre os atores em contextos institucionais por meio do exame da dinâmica histórica e de descrições teóricas causais. (Lichbach e Zuckerman, 1997, p.6-7; Hall e Taylor, 2003, p. 194). Dessa maneira, o principal objetivo do institucionalismo histórico é a construção de teorias de médio alcance, cujas variáveis independentes são as instituições intermediárias – como o processo decisório e os partidos políticos (Fernandes, 2007, p.3). Segundo Hall e Taylor (2003), existem quatro características intrínsecas a esse tipo de método: as instituições afetam o comportamento individual; o poder institucional é assimétrico, sendo dividido de forma desigual entre os grupos sociais; o contexto local e suas respectivas instituições produzem as trajetórias de cada unidade analisada (*path dependency*³); e, por fim, valores, como ideias e crenças, também determinam situações políticas.

Em segundo lugar, ao mesmo tempo em que surgia o institucionalismo histórico e, influenciada pelos pensamentos de Hobbes, Smith e Pareto, uma segunda onda de comparativistas veio à tona: o modelo da escolha racional, que se utiliza de modelos estatísticos e matemáticos, com viés metodológico centrado no indivíduo. Seu principal pressuposto é de que os atores agem deliberadamente para maximizar suas vantagens, sendo racionais para satisfazer seus interesses

³ No institucionalismo histórico examinado a partir do conceito de *path dependency*, o desenvolvimento político envolve dois tipos de análises: conjunturas críticas (*critical junctures*) e trajetórias de desenvolvimento (*developmental pathways*). Enquanto a primeira está envolvida em momentos cruciais da formação institucional, incorporando questões de sequência temporal e observando os diferentes padrões de interação entre processos políticos, a segunda sugere que as instituições continuam a evoluir, respondendo às condições ambientais, mas sempre de acordo com as trajetórias anteriores (Thelen, 1999, p.387-8). De acordo com Katznelson (1997), a análise de conjunturas críticas permite que as instituições sejam visualizadas como legados duradouros de conflitos políticos, enfatizando as sequências temporais e os padrões de interação entre processos políticos e econômicos na formação e evolução dos arranjos institucionais. Sendo assim, o processo político não é visto de maneira isolada, pois se examina o desenvolvimento político e econômico do contexto histórico em termos do desdobramento de processos. Por outro lado, as trajetórias de desenvolvimento ajudam a explicar como padrões estáveis de políticas persistem e se reproduzem ao longo do tempo. Consequentemente, entender os momentos nos quais a mudança política é possível requer a análise de mecanismos particulares através dos quais os padrões anteriores são sustentados e reproduzidos (Thelen, 1999, p.396-9).

(Downs, 1999; Olson, 1999). Com isso, as análises começam no nível individual e culminam em questões sobre ação coletiva, escolhas e instituições, maximizando leis universais utilizadas em explicações científicas. De acordo com Hall e Taylor (2003, p. 205), o institucionalismo da escolha racional possui quatro propriedades: os atores compartilham e maximizam suas preferências; como cada ator procura maximizar suas preferências, o bem coletivo não é alcançado (*dilema do prisioneiro*); o comportamento do ator é determinado pela interação com outros atores; uma instituição é criada por meio do acordo voluntário daqueles interessados.

Por sua vez, em terceiro lugar, o institucionalismo sociológico baseou-se nos pressupostos de Montesquieu, Weber e Mosca e, por meio do método interpretativo, forneceu análises densas e detalhadas sobre casos particulares, delineadas a partir do trabalho de campo e do exame de regras que constituem identidades individuais e coletivas. Ao descrever a particularidade dos casos, minimizaram perspectivas abrangentes e gerais, interpretando eventos, decisões e padrões particulares. Isso porque os procedimentos institucionais produzidos pelas organizações modernas não são pautados somente pela lógica racional, mas também por práticas culturais. Dessa maneira, o institucionalismo sociológico possui três características inerentes (Hall e Taylor, p.211): a cultura é vista como um sinônimo de instituições; existe a interação entre instituições e ação individual; e as organizações devem ser reconhecidas culturalmente.

Mas qual seria, então, o método mais adequado para uma análise de política comparada? De acordo com Zuckerman (1997, p.293), a política comparada deve procurar incluir aspectos ligados às oportunidades e à aleatoriedade; ademais, é necessário distinguir entre os níveis estrutural e individual, além de construir teorias que preencham a lacuna entre modelos abstratos e casos particulares. Sendo assim, uma única abordagem, por si só, é mais provável em produzir teorias inadequadas para explicar um fenômeno político complexo. Com isso, é necessário integrar elementos racionalistas, histórico-institucionais e sociológicos, intensificando a troca entre essas diferentes escolas⁴. As abordagens não devem

⁴ Levi (1997), por exemplo, desenvolve o método da narrativa analítica, no qual a escolha racional fornece os princípios que guiam a história de um processo político. Com isso, a autora constrói uma

ser contrastantes, mas sim, conjuntas. A metodologia da política comparada deve enfatizar a lógica tripartite, integrando regularidades estatísticas com testes de teoria, e examinando os casos a partir de um viés narrativo, observando a importância da história (Laitin, 2002, p.3-4).

2. O método comparativo na Ciência Política: definições, problemas e dimensões

O método comparativo estabelece proposições empíricas gerais, descobrindo relações empíricas entre as variáveis, e analisando sistematicamente um pequeno número de casos (Lijphart, 1971, p.682-3). É rotineiramente utilizado para testar e descobrir indutivamente novas hipóteses, além de construir teorias (Collier, 1993, p.105). Dessa maneira, é um método diferente do experimental e do estatístico. Tanto o método experimental, quanto o estatístico e o comparado procuram explicações científicas, estabelecendo relações entre duas ou mais variáveis, e mantendo outras variáveis controladas e constantes. O método experimental, por sua vez, utiliza dois grupos equivalentes, no qual o grupo experimental é exposto a estímulos com o grupo de controle. Ambos são comparados, e a diferença pode ser atribuída aos estímulos. (Lijphart, 1971, p. 683-4). Já o método estatístico vincula a manipulação matemática dos dados empíricos para descobrir relações entre as variáveis. Segundo Lijphart (1971, p. 684-5), não há uma linha divisória clara entre o método estatístico e o comparativo, pois a diferença depende do número de casos.

De acordo com Lijphart (1971, p.685), a principal vantagem do método comparado é que, devido à falta de recursos e à escassez de tempo, a análise de um pequeno número de casos pode ser mais promissora do que um exame estatístico

ponte entre os racionalistas e outras tradições metodológicas. Já Douglas (1998) mescla elementos das escolas racionalista, culturalista e histórica ao examinar dados de antropólogos culturais, com pressupostos dos atores da escolha racional, e os efeitos das instituições. Com isso, a autora nega as pretensões dos racionalistas, que persistem na ideia de que as instituições são um conjunto de regras e convenções. Para ela, a ação coletiva tem consequência indireta sobre as preferências individuais. Já a visão histórico-estruturalista de Boudon (1980) apresenta um padrão alternativo para explicar a política comparada ao demonstrar que todas as explicações dos fenômenos sociais devem se referir à escolhas individuais, função e estruturas que o envolvem.

superficial de muitos casos. Nesse sentido, convém formular hipóteses para depois testá-las através de métodos estatísticos (Lijphart, 1971, p. 685). No entanto, a desvantagem central desse tipo de método seria a frágil capacidade para resolver explicações rivais, pois examina muitas variáveis e um pequeno número de casos (*many variables, Small-N*).

Como, então, minimizar essa desvantagem? Segundo Lijphart (1971, p.686-691), sempre que possível, o número de casos deve ser ampliado, enquanto que as variáveis devem ser reduzidas, combinando aquelas que expressam características semelhantes – pois a similitude de variáveis propicia o surgimento de casos comparáveis. Com a comparabilidade dos casos, pode-se reduzir o número de variáveis operacionais e incluir variáveis-chaves, analisando suas relações sob condições controladas⁵.

Duas décadas após o estudo seminal de Lijphart (1971), surgiram novas perspectivas relacionadas à análise de um pequeno número de casos, observando a finalidade da comparação, procurando justificar sua escolha e desmistificando o problema *many variables, Small-N* (Collier, 1993, p.108-113). Em primeiro lugar, a finalidade central da análise comparativa é avaliar explicações concorrentes. No entanto, os estudos comparativos devem ser entendidos a partir de três finalidades: o exame sistemático da covariância entre casos, com o objetivo de realizar análises causais; mostrar que um modelo particular pode utilizar conceitos que esclarecem os casos; comparar dois ou mais casos, mostrando suas diferenças (Collier, 1993, p.109). Em segundo lugar, justifica-se a utilização de um pequeno número de casos para testar hipóteses e construir teorias, sendo que a aplicação de determinado conceito para uma ampla quantidade de casos pode provocar generalizações (*conceptual stretching*) e diferenças entre as unidades comparadas (Sartori, 1970); com isso, é necessário o exame cuidadoso de cada caso, com descrições espessas e entendimento interpretativo, contextualizando as descobertas da pesquisa e observando os contrastes, pois os padrões variam de acordo com o contexto e com a história (Almond e Genco, 1977; Ragin, 1987). Por

⁵ Mas quais, então, são os casos comparáveis? Uma alternativa é analisar um caso diacronicamente, ou seja, em diferentes períodos. Mas a comparação também poder ser feita entre países, sendo que o controle pode ser encontrado nas semelhanças entre ambos. Do mesmo modo, também pode-se comparar países ao longo de vários períodos.

fim, em terceiro lugar, em relação à principal desvantagem do método comparado (*many variables, Small-N*), Collier (1993, p.112) destaca a preponderância da análise contextual e interpretativa do caso analisado – por conseguinte, o número de casos não deve ser aumentado; já Przeworski e Teune (1970) desconsideram a necessidade de examinar casos comparáveis, sendo preferível a escolha de sistemas caracteristicamente diferentes, examinando detalhadamente as informações de cada caso através de ferramentas como *process tracing*, *pattern matching* e *with-in case analysis*; ademais, de acordo com Geddes (1991), as variáveis explicativas não precisam ser reduzidas, pois a formação de conceitos e de tipologias é imprescindível.

A questão dos métodos de análise empírica, sejam eles quantitativos ou qualitativos, sempre foi recorrente nas ciências sociais e na ciência política comparada. Enquanto o método quantitativo analisa um amplo número de casos a partir de análises de regressão e técnicas de inferência causal, baseando-se em medidas numéricas de aspectos de um determinado fenômeno e buscando generalizar descrições para testar hipóteses, o modelo qualitativo insere ferramentas em estudos de caso, em análises de N pequeno, na construção de conceitos, no método histórico-comparativo, na etnografia e na interpretação (Brady, Collier e Seawright, 2004, p.3-4).

Nesse sentido, é necessário destacar as principais diferenças das tradições (Mahoney e Goertz, 2006, p.231-245). O método quantitativo utiliza experimentos de controle, estimando o efeito médio das variáveis independentes em uma amostra, e examinando os efeitos das causas. Por meio da análise de uma amostragem ampla, as causas afetam os valores de um resultado, sendo improvável estimar efeitos médios sem o controle das variáveis relevantes. Como o objetivo central não é explicar um caso particular, mas sim um escopo amplo, são produzidas generalizações sobre um grande número de casos, excluindo variáveis menos importantes e selecionando as variáveis independentes de maneira aleatória. Nesse sentido, particularidades não devem prevalecer, pois todas as observações são igualmente importantes e ponderadas – de maneira que os casos não-sistemáticos são tratados pelo prisma do erro. Consequentemente, a pesquisa quantitativa está mais preocupada com sua operacionalização e com o uso de

indicadores; quando ocorre erro de mensuração, há a inclusão de novos indicadores.

Por sua vez, o método qualitativo examina resultados individuais, observando as causas dos efeitos – ou seja, iniciando a análise a partir dos diversos caminhos causais de resultados específicos, para depois direcionar o exame de cada caso. Como explicam resultados de casos particulares, evitando a heterogeneidade, a causalidade é analisada em termos de causas logicamente necessárias e suficientes⁶, por meio do impacto da combinação de variáveis. Os casos, selecionados pela variável dependente, representam o escopo completo da teoria; a expansão do escopo, por sua vez, provoca modificações substanciais no modelo teórico, com maior probabilidade de ocorrer a heterogeneidade causal. Mais importante, as observações individuais são avaliadas teoricamente, de maneira que os desajustes podem ter impactos importantes na pesquisa, sendo necessário identificar os fatores que tornam um padrão causal diferente. Alguns casos, então, são mais importantes do que outros. A pesquisa qualitativa atua de maneira semelhante aos detetives criminalistas: resolvendo quebra-cabeças e explicando resultados particulares baseados na coleta de dados detalhados, na semelhança de casos, e no conhecimento de princípios causais. Mas nem todas as peças da evidência são importantes para construir uma explicação, sendo que um novo fato pode mostrar os erros da teoria – mesmo que as evidências tenham mostrado sua veracidade. Portanto, ao testar uma teoria, um dado pode afetar radicalmente as evidências encontradas; os erros encontrados, dessa maneira, levam à revisão do conceito (Mahoney e Goertz, 2006, p.241).

As análises quantitativas envolvem a utilização de números, mas também são baseadas em interpretações; da mesma maneira, os estudos qualitativos

⁶ De acordo com Fearon (1996, p.40), se um evento A foi a causa de um evento histórico B, isso implica que o contrário é verdade, ou seja, se A não ocorreu, o evento B também não ocorreria. Ademais, como o escopo teórico engloba um N pequeno ou médio, muitos adotam a aproximação da causalidade por meio da condição INUS. De acordo com Mackie (1980, 62), essa condição é uma parte insuficiente mas não-redundante de uma combinação de condições não-necessárias, mas suficientes. Sendo assim, a causa INUS não é nem individualmente necessária nem individualmente suficiente para um resultado; em vez disso, é uma causa dentro de uma combinação de causas que são conjuntamente suficientes para um resultado, assumindo que combinações distintas podem ser suficientes, pois existem múltiplos caminhos causais para o mesmo resultado (Mahoney e Goertz, 2006, p.232).

empregam dados numéricos, necessitando das técnicas quantitativas. Portanto, é necessária a simbiose entre as duas abordagens, elucidando as fronteiras de integração e de diferenciação entre ambas, sem considerá-las como antagônicas, pois cada uma possui vantagens e problemas.

Uma das primeiras obras que destacaram a integração entre as duas tradições foi *Designing Social Inquiry*. Preocupados com discussões metodológicas de inferência causal e descritiva, King, Keohane e Verba (1994, p.4-5; p.181) popularizaram muitos termos metodológicos, codificando cada etapa da pesquisa científica, e destacando a similaridade entre as lógicas dos métodos quantitativos e qualitativos, cujos desenhos de pesquisa são fundamentalmente baseados na mesma lógica de inferência; já as diferenças estão relacionadas com o estilo de cada abordagem. Conseqüentemente, a mensagem central de *Designing Social Inquiry* é que a inferência pode ser realizada através da junção dos métodos quantitativos e qualitativos. O estilo de uma pesquisa científica pode ser tanto quantitativo quanto qualitativo; porém, qualquer estilo deve se preocupar em estimar a inferência (descritiva ou explanatória⁷), e com procedimentos públicos de pesquisa, sendo que as descobertas devem ser julgadas de acordo com o método empregado.

A inferência é o principal componente da estrutura de pesquisa proposta por King, Keohane e Verba (1994). Mas como realizar as inferências? Por meio de técnicas de metodologia quantitativa – como as análises de regressão. Por conseguinte, a tradição qualitativa deve ser orientada por regras e procedimentos presentes no método quantitativo, pois a produção de inferência causal é mais confiável na primeira abordagem. Para King, Keohane e Verba (1994), os principais problemas da tradição qualitativa seriam o viés de seleção (*selection bias*) e a generalização. O problema da seleção de casos é ampliado quando há escolha intencional (não-aleatória), impondo-se restrições na variação da variável dependente; isso porque qualquer desenho de pesquisa deve privilegiar a tal

⁷ A inferência é descritiva quando utiliza observações do mundo para aprender fatos despercebidos, generalizando uma amostra de um universo de casos e criando conceitos complexos sobre a estrutura social; por sua vez, a inferência é explanatória (causal) quando observa os efeitos dos dados, comparando algo que ocorreu com algo que não ocorreu (King, Keohane e Verba, 1994, p.10).

variação, produzindo inferências causais. Já o problema da generalização evidencia o grau de indeterminação, pois a quantidade de variáveis é superior a quantidade de casos, tornando a confiabilidade impossível.

Contudo, *Designing Social Inquiry* recebeu muitas críticas durante os anos seguintes à sua publicação. E as principais críticas foram direcionadas à concepção de causalidade e à preponderância de métodos quantitativos sobre as abordagens qualitativas.

Em primeiro lugar, durante muitos anos, leis concretas e teorias causais definiram as formas de explicações científicas, demonstrando que as análises deveriam ocorrer de uma manifestação particular para um princípio geral. Então, as explicações teóricas eram pautadas por leis e princípios gerais que agrupam os eventos particulares (Zuckerman, 1997, p.278). E muitos objetivos da política comparada refletiram esses padrões lógicos de análises, postulando leis concretas e bases empíricas de leis universais, além de buscar explicações através de um conjunto de fenômenos com relacionamentos lineares e frequentes entre as variáveis, paridade entre causa e efeito e processos como determinantes das estruturas. Seguindo essa tradição, King, Keohane e Verba (1994, p.77; 99) enfatizaram a centralidade de explicações causais, onde cada hipótese classifica uma relação entre variáveis que criam observações. Sendo assim, a inferência causal procura especificar os resultados da ausência ou da presença da variância de um ou mais fatores explicativos para os resultados da variável dependente. Com isso, estimam-se os efeitos produzidos por um conjunto específico de causas (*effects-of-causes*), calculando os efeitos médios da causalidade, e empregando análises de regressão para o teste de hipóteses. Dessa maneira, a centralidade das explicações baseadas em leis concretas e na causalidade influenciou as pesquisas em política comparada.

Porém, para Zuckerman (1997, p.281; 285; 305), a causalidade é inapropriada para o entendimento da totalidade dos princípios científicos, pois muitos eventos e processos não necessitam de leis e são imprevisíveis; conseqüentemente, não podem ser observados através do prisma da causalidade. Ademais, a explicação causal tem uma concepção limitada da realidade, sendo aplicável somente para padrões determinados e simples. E, em política comparada,

qualquer explicação não requer causalidade ou leis concretas. Mas existem diversas razões para ver o mundo político composto também por relações não-lineares entre as variáveis, e estruturas e resultados com probabilidades de acontecer. Por conseguinte, são necessários critérios de explicação que acomodem tais padrões, pois a forma de explicação baseada em leis concretas e experiências causais possui deficiências. Pressupostos, modos de análise e princípios teóricos devem ser examinados a partir de uma variedade metodológica, com níveis de análise múltiplos, independentes e interativos, pois oportunidades e probabilidades são pertencentes ao mundo político, de maneira que as complexidades da política devem ser incorporadas, combinando aspectos racionalistas, culturalistas e estruturalistas para examinar as relações entre decisões individuais, contextos sociais, e instituições. Com a variedade metodológica da pesquisa qualitativa, são analisadas as causas que produzem certos efeitos (*cause-of-effects*), observando as condições necessárias e/ou suficientes de causalidade, e utilizando-se da estratégia de *process-tracing* para testar teorias e de análises do tipo *path dependence*. Com isso, procura-se compreender como um conjunto de variáveis independentes (causas) produz o efeito da variável dependente, destacando a importância do contexto e das condições específicas do fenômeno estudado (Rezende, 2011, p.230)

Em segundo lugar, de acordo com Collier, Seawright e Munck (2004, p.49-50), a contribuição de ferramentas qualitativas foi minimizada, pois King, Keohane e Verba (1994) pouco enfatizaram a necessidade de trabalhos interpretativos ou de outras abordagens qualitativas – subordinando-as às ferramentas quantitativas de inferência. No entanto, a política comparada pressupõe fenômenos singulares, que não podem ser mensurados quantitativamente, pois este último estima os efeitos produzidos por certas causas sobre a variável dependente, admitindo uniformidade e homogeneidade nos padrões causais, e desconsiderando o conhecimento mais profundo das realidades estudadas. Mas como os modelos causais são heterogêneos e singulares (Rezende, 2011), é necessário considerar a variabilidade das causas, suas articulações e a existência de múltiplos caminhos entre as causas e os efeitos – pois raramente as mesmas causas produzem os mesmos efeitos. Nesse sentido, como demonstrado por Brady, Collier e Seawright

(2004, p.6-7), é de vital importância a análise de processos e mecanismos causais (*causal process observation*⁸) para a produção de inferências causais, observando os casos e seus respectivos contextos através da análise descritiva. Ao invés disso, *Designing Social Inquiry* privilegiou o aumento do número de casos (N) e o uso de generalizações, desconsiderando a análise de contexto. Já Munck (2004, p.106-118) argumenta que, ao recomendar procedimentos de análise quantitativos, King, Keohane e Verba (1994) subestimaram ferramentas e critérios metodológicos empregados pela tradição qualitativa – como a definição e a seleção do universo de casos, a mensuração e a coleta de dados, e a avaliação causal. Uma questão principal em qualquer pesquisa é a definição do universo de casos, verificando a homogeneidade causal e a independência condicional. E, para tanto, é necessário conhecer o contexto político, cultural e histórico (*with-in case analysis*⁹), verificando se os processos causais têm o mesmo significado ao longo dos casos – ou seja, se um mecanismo produziu ou impediu o resultado em cada unidade analisada – e identificando a sequência temporal nas quais as variáveis explicativas afetam os resultados. Com isso, evidenciam-se os mecanismos causais, pois é necessário verificar se as mudanças nas variáveis independentes precedem as mudanças nas variáveis dependentes, e qual mudança nas variáveis independentes produzem os resultados. Ademais, em uma pesquisa qualitativa, a validade da mensuração é obtida por meio de indicadores específicos que medem diferenças contextuais, pois, dependendo do caso e do contexto analisado, o mesmo indicador pode gerar conceitos diferentes. Com isso, assim como destacado por Zuckerman (1997), as divergências e os padrões aleatórios são importantes para se analisar a inferência descritiva; dessa maneira, mesmo os estudos de caso podem ser utilizados para testar teorias.

⁸ Quando partes do dado que fornecem informações sobre contextos, processos ou mecanismos, contribuindo para alavancar a inferência causal (Seawright e Collier, 2004, p.277-8).

⁹ É a análise interna de um ou poucos casos. Pode ser de duas formas. A primeira, identificada com a tradição qualitativa, demonstra a evidência interna dos padrões de causalidade ligados a resultados globais distintamente associados ao caso particular. Nesse tipo de análise, os acadêmicos trabalham com apenas uma observação da variável dependente (como, por exemplo, o colapso de uma democracia). Com isso, novas evidências são introduzidas, mas sem aumentar o número de observações (N). Já na segunda forma, são coletadas observações da variável dependente e das variáveis independentes para subunidades múltiplas do caso original. Nesse sentido, o número de observações (N) aumenta, ganhando eficácia na inferência (Seawright e Collier, 2004, p.312-3).

Qualquer discussão sobre metodologia deve pressupor que pontos positivos e negativos são encontrados em ambos os métodos. Não se deve, dessa maneira, impor normas unilaterais; é necessário haver um aprendizado mútuo. As diferenças entre os métodos existem (apesar de ambos serem fundados em epistemologias semelhantes). Porém, qualquer análise deve superá-las, pois a estrutura de um estudo deve compartilhar técnicas metodológicas, ampliando as fronteiras, os limites e as possibilidades de cada tradição.

Mas como superar tais diferenças? De acordo com Brady, Collier e Seawright (2004, p.8-9), através da inclusão de ferramentas quantitativas e qualitativas, pois “both qualitative and quantitative research are hard to do well. It is by recognizing the challenges faced in both research traditions that these two approaches can learn from one another”. (Brady, Collier e Seawright, 2004, p.10). Nesse sentido, os alicerces estatísticos da inferência causal devem considerar dados observáveis e fornecer atenção à formação e à mensuração de conceitos e de contextos – visualizando, assim, as semelhanças e diferenças em estudos de caso. Isso porque o conhecimento contextual sintetiza o impacto das características culturais, políticas, econômicas e históricas em um determinado caso. De acordo com Rezende (2011, p.240), as explicações políticas dependem da presença de agências e de instituições, privilegiando processos causais, contextos e escolhas – elementos que são analisados com maior propriedade pela pesquisa qualitativa. Isso porque é necessário compreender que a causalidade depende da integração entre agentes, regras do jogo e mecanismos causais. Nesse sentido, os desenhos de pesquisa devem examinar amostras reduzidas por meio da análise histórico-comparada, observando as instituições e o modo como elas influenciam o comportamento político. Com isso, promove-se a cisão dos paradigmas institucionais e das teorias da escolha racional. Mas como? Principalmente através da narrativa analítica (Levi, 1997), que compreende a variabilidade das instituições por meio da pesquisa histórico-comparada de estudos de caso e da teoria dos jogos, entendendo as narrativas construídas a partir da interação entre os agentes e entre agentes e instituições. E, para analisar a inferência causal de narrativas analíticas, torna-se necessária a utilização do *process-tracing* e das explicações de mecanismos causais, observando o contexto de como escolhas e

instituições produzem fenômenos sociais – que têm múltiplas causas, sendo dependentes do contexto, da história e das escolhas dos agentes.

Consequentemente, a inclusão de novas ferramentas qualitativas e as críticas à predominância do método quantitativo forneceram os alicerces para uma nova era metodológica, baseada em pressupostos qualitativos, que procura incorporar alguns critérios de King, Keohane e Verba (1994), mas evitando os seus erros óbvios, pois cobre uma ampla gama de procedimentos de conceitos e de comparações para gerar inferências descritivas e causais válidas. E os principais componentes dessa nova ordem seriam o *process-tracing* (processo de rastreamento) e a observação de processos causais, o conjunto de métodos teóricos, estratégias que combinam métodos quantitativos e qualitativos e, por fim, os estudos de caso – a abordagem metodológica proposta pela pesquisa.

De acordo com Collier e Seawright (2004, p.300) e Mahoney (2010, p.125-131), o *process-tracing* é a principal ferramenta de metodologia qualitativa, pois analisa processos de mudança e descobre mecanismos e sequências causais em determinados contextos, utilizando observações particulares de casos e contextos específicos. A finalidade dessa ferramenta é traçar vínculos entre causas possíveis e resultados observados por meio do exame histórico, de documentos arquivados, da transcrição de entrevistas, além de outras fontes, visando observar se os processos causais de uma teoria são evidentes nas variáveis intervenientes do caso. E como deve ser utilizado? Deve testar se as diferenças residuais entre dois casos semelhantes são causais ou falsas em produzir diferenças nos resultados desses casos; ou se o estudo intensivo de um caso desviante pode fornecer critérios teóricos significativos; por fim, essa ferramenta pode gerar novas variáveis ou hipóteses baseadas nas sequências dos eventos observados de modo indutivo (George e Bennett, 2005, p.32). Nesse sentido, o *process-tracing* contribui para a inferência causal através da descoberta de três diferentes tipos de observações de processos causais (e não de um conjunto de dados padronizados): o primeiro tipo fornece informações sobre a presença de uma variável independente, o que é essencial para testar teorias nas quais a questão-chave ocorreu no formato postulado pela teoria, propondo, assim, uma causa cuja

existência é controversa¹⁰; já o segundo tipo examina se um evento de intervenção postulado por uma teoria está presente – e não através do aumento do número de casos – oferecendo expectativas sobre processos que podem ou não ter ocorrido¹¹; por fim, o terceiro tipo sugere que teorias podem ser testadas com resultados auxiliares, no qual as informações sobre ocorrências particulares ocorrem ao lado do principal resultado de interesse¹².

Por sua vez, os métodos que utilizam conjuntos teóricos e lógicos são delimitados pela análise de conceitos¹³ e pela associação entre inferência causal com análises qualitativas comparadas entre casos (*cross-case analysis*¹⁴), observando as causas dos resultados.

Por fim, combinar análises qualitativas com quantitativas está se tornando cada vez mais comum na política comparada. Segundo Mahoney (2010, p.139), a pesquisa quantitativa pode ser auxiliada pela qualitativa por meio da construção de conceitos e de medidas, da homogeneidade dos casos, e justificando a

¹⁰ Tannenwald (1999), por exemplo, argumentou que a existência de um tabu nuclear (as armas de destruição em massa seriam inaceitáveis) foi a causa da não-utilização de armas nucleares pelos Estados Unidos desde o final da Segunda Guerra Mundial. Ela não está interessada em um conjunto de dados, mas em processos (como o processo decisório de política externa) e como eles afetaram a existência do tabu. Para tanto, a autora foca em fragmentos de dados (como conversas entre membros do alto escalão). Então, não foi o tabu, mas o processo decisório em política externa que evidenciou o fato.

¹¹ Em sua formulação teórica, Skocpol (1979) assegura que movimentos de vanguarda ideologicamente motivados não são as causas de revoluções sociais (apesar de estarem presentes em todos os casos de revolução social). Isso porque os mecanismos através dos quais esses movimentos produziram mudanças sociais não estão presentes (como o apoio urbano e a revolta dos camponeses), sendo que eles surgiram somente após a ocorrência das revoltas.

¹² Luebbert (1991) supõe que a aliança entre o partido socialista e o campesinato foi a principal causa da social-democracia na Europa, deixando outros mercados para trás; dessa maneira, a presença de resultados auxiliares amparou o fato de que a aliança impactou o formato das políticas nacionais; ou seja, é extremamente raro que os resultados ocorridos apenas a partir de um único motivo.

¹³ Um conceito é uma ideia abstrata que oferece um ponto de vista para o entendimento de algum aspecto e, quando operacionalizado, ajuda a organizar a análise dos dados (Collier e Seawright, 2004, p.279). Existem dois tipos de visões de conceitos: a clássica e a estruturada. A visão clássica, associada à Sartori (1991), estrutura os conceitos através de atributos definidos conjuntamente, sendo que cada atributo é imprescindível e necessário para a formação do conceito. Já o segundo tipo é relativo ao método da semelhança, e pressupõe que não há condições necessárias para a veracidade do conceito, sendo que existem diferentes combinações ou atributos que são suficientes para a adesão do conceito.

¹⁴ É definida como a comparação sistemática de casos, envolvendo observações de um conjunto de dados, podendo ser utilizada tanto para pesquisas quantitativas quanto qualitativas. Em discussões de pequeno número de casos e de estudos de casos, este termo aponta para os contrastes das análises de dentro dos casos, sendo que informações sobre causas suficientemente e necessariamente probabilísticas são valiosas (Collier e Seawright, 2004, p.282; Mahoney, 2010, p.135).

independência condicional; por sua vez, a pesquisa qualitativa pode se beneficiar de ferramentas quantitativas ao selecionar casos, formular hipóteses ou generalizar resultados (Mahoney, 2010, p.139)¹⁵.

Dessa maneira, é necessária a colaboração entre os mais variados tipos de métodos em ciência política e em política comparada, delimitando as forças e os limites de cada um, e como eles se complementam. E uma das abordagens que podem colaborar com o desenvolvimento de pesquisas quantitativas e, principalmente, de pesquisas qualitativas está no exame de estudo de caso, que terá seus principais pressupostos, pontos positivos, pontos negativos e ferramentas descritos a seguir.

3. Política comparada, método qualitativo e estudos de caso

Nos últimos anos, a revalorização dos estudos de caráter comparativo tem sido uma tendência na ciência política, resgatando o papel dos estudos de caso e das comparações de pequena amostra na produção de testes e hipóteses. Argumentos teóricos – sejam eles institucionalistas, estruturalistas ou da escolha racional – podem se utilizar dos parâmetros estabelecidos nos estudos de casos. Isso porque a filosofia da ciência estabeleceu as estruturas do estudo de caso ao enfatizar que mecanismos causais, complexos ou não, são centrais para a explicação causal e para os resultados (George e Bennett, 2005, p.36-7).

Um dos primeiros autores a destacar a abordagem de estudo de caso na política comparada foi Lijphart (1971). Após delimitar as principais características do método comparativo, o autor demonstrou as vantagens e deficiências da análise dos mais variados tipos de estudo de caso. A vantagem de se analisar um único

¹⁵ Uma importante abordagem que utiliza a pesquisa qualitativa para auxiliar as descobertas quantitativas é feita por Lieberman (2005), que sistematiza uma abordagem metodológica unificada para a pesquisa científica – denominada análise conjunta – combinando análise estatística de um grande número de casos com uma metodologia qualitativa com menor número de casos. Desse modo, o autor mostra que existem benefícios específicos a ser obtidos através do emprego das duas ferramentas específicas, ou seja, a pesquisa qualitativa e análise estatística, através da combinação de LNA (*Large-n Analysis*) e SNA (*Small-n Analysis*), que se inspira em estudos de caso para melhorar as mensurações de um modelo de regressão. Nesse modelo de N pequeno, o autor recomenda a seleção de ao menos um caso que não é previsto pelo modelo de regressão preliminar – ou seja, um caso estranho, que expõe variáveis que estão faltando e que podem ser introduzidas na próxima regressão.

caso ocorreria quando existem poucos recursos de pesquisa, sendo possível a produção de dados úteis sobre uma unidade particular; no entanto, esse tipo de estudo pouco contribuiria para a construção de teorias abrangentes. Com isso, Lijphart (1971 p.691-2) dividiu os estudos de caso em seis tipos: não-teóricos; interpretativos; com geração de hipóteses; com confirmação ou rejeição de teoria; e desviantes. E, para o autor, os estudos de caso que geram hipóteses e que são desviantes possuem os melhores requisitos para contribuir com uma teoria, seja gerando novas hipóteses, ou refinando e estimulando hipóteses existentes.

Com o passar dos anos, novas perspectivas e ferramentas em estudos de caso fortaleceram a viabilidade dessa abordagem e sistematizaram seus procedimentos (Collier, 1993, p.116), utilizando métodos de padrões de correspondência (Campbell, 1975), criando tipologias para testar hipóteses (Eckstein, 1975), e examinando processualmente os acontecimentos ao longo do tempo (George e McKeown, 1985, p.29-30).

Mas, afinal, o que é um caso? E o estudo de caso? De acordo com George e Bennett (2005, p.45), um caso é uma instância de uma classe de eventos, que se refere a um fenômeno de interesse científico, cujo investigador analisa com o objetivo de desenvolver uma teoria (ou um conhecimento geral) considerando as causas de similaridades e diferenças entre as instâncias (casos) da classe de eventos. Já o estudo de caso é definido como o exame detalhado de um aspecto de um episódio histórico, desenvolvendo ou testando explicações históricas que podem ser generalizáveis a outros eventos. É diferente do método comparativo (que utiliza comparações entre um pequeno número de casos); no entanto, inclui análises internas de casos e comparações de um número pequeno de casos. Nesse sentido, é um método que faz parte do conjunto qualitativo, com o objetivo de acumular generalizações progressivas sobre a vida social (George e Bennett, 2005, p.31, 46).

Os estudos de caso são fortes principalmente nas áreas onde o método estatístico encontra problemas. Existem, então, quatro tipos de vantagens desse tipo de método (George e Bennett, 2005, pp. 50-5). Em primeiro lugar, em razão da validade conceitual, identifica e mede indicadores que representam os conceitos teóricos – sem se expor ao estreitamento conceitual (*conceptual stretching*) ao

colocar casos semelhantes e diferentes em uma mesma amostragem. Em segundo lugar, os estudos de caso têm procedimentos para identificar novas hipóteses e variáveis por meio de casos desviantes, desenvolvendo novas teorias que podem ser testadas através de evidências que não haviam sido examinadas. Em terceiro lugar, como não omite fatores contextuais, o método permite examinar o papel hipotético de mecanismos causais e de variáveis intervenientes inesperadas em casos individuais. Por fim, aborda a complexidade causal – como a equifinalidade, os efeitos de interação complexos e a *path dependency*.

Porém, também é importante observar os limites e as críticas relativas aos estudos de caso (George e Bennett, 2005, pp. 62-79). A primeira crítica está relacionada com a propensão à seleção enviesada (*selection bias*), pois não se deve selecionar casos baseados na variável dependente (Geddes, 1990); mas a seleção de casos fundamentada na variável dependente ajuda a identificar quais variáveis não são necessárias, permitindo desenhos de pesquisa mais robustos. A segunda crítica diz respeito à dificuldade em estimar os efeitos causais das variáveis; entretanto, a causalidade (ou seja, o resultado) pode ser contestada por meio do exame minucioso do contexto. Em terceiro lugar, muitos acadêmicos criticam os estudos de caso devido ao problema de graus de liberdade – à incapacidade de distinguir entre explicações rivais. Em estudos estatísticos, os graus de liberdade são cruciais, determinando a probabilidade de detectar se um nível de variância explicativa é significativo; dessa maneira, à medida que o tamanho da amostra aumenta, o número de variáveis e o grau de liberdade diminuem. Todavia, um estudo de caso não deve ser medido a partir de uma variável apropriada, pois cada variável contém diferentes atributos que devem ser ponderados. Dentro de um único caso, existem diversos *process-tracing* observáveis ao longo de caminhos causais hipotéticos entre variáveis dependentes e independentes, gerando novas observações teóricas e evitando o problema dos graus de liberdade. Nesse sentido, a explicação histórica de um caso particular deve examinar cada passo significativo da sequência que levou ao resultado. É a insistência em fornecer uma explicação histórica que faz com que cada passo rumo ao resultado seja examinado à luz da teoria, tornando o *process-tracing* essencial para a inferência (George e Bennett, 2005, pp.71). Em quarto lugar, outra crítica a esse tipo de estudo reside no fato de

que os casos não são, em sua maioria, representativos – ou seja, não se aplicam às populações mais amplas (McKeown, 1999). Então, ocorre o *trade-off* entre parcimônia e abundância, ou seja, a tensão entre alcançar alta validade interna e boas explicações históricas de casos particulares *versus* fazer generalizações aplicadas à amostras amplas; porém, é mais proveitoso encontrar as condições e os mecanismos nos quais ocorrem os resultados do que descobrir a frequência onde os resultados aparecem. Em quinto lugar, King, Keohane e Verba (1994, pp.108) desaconselham pesquisas sem variância na variável dependente, o que levaria à inferências incorretas; contudo, diversos tipos de desenhos de pesquisa sem variância podem ser benéficos para o desenvolvimento de uma teoria ou para testar observações múltiplas – como o estudo de casos desviantes.

Portanto, a partir da delimitação do conceito de estudo de caso e de seus principais pontos positivos e negativos, pode-se considerar que o exame da história e dos processos causais são os alicerces da sua estrutura metodológica. É de vital importância, nesse sentido, o exame do contexto do caso, construindo uma narrativa cronológica e histórica, estabelecendo os valores de variáveis dependentes e independentes, e desenvolvendo explicações para os resultados, o que torna imprescindível a utilização do *process-tracing* (George e Bennett, 2005, pp. 89-90).

Como já observado, o *process-tracing* identifica os processos causais intervenientes entre a variável independente e o resultado da variável dependente¹⁶, rastreando os processos que podem ter levado ao resultado. Com isso, a equifinalidade é importante, pois, com ela, são considerados os caminhos alternativos através dos quais o resultado pode ter ocorrido, oferecendo a possibilidade de mapear um ou mais caminhos causais que são consistentes com o resultado de um único caso – ou até mesmo de mais casos, mapeando os caminhos causais e desenvolvendo tipologias. Consequentemente, é uma ferramenta

¹⁶ George e Bennet (2005, p.332) demonstram o *process-tracing* a partir do jogo de dominó. Supondo que temos cinquenta dominós numerados em pé e em linha, sendo que existe uma cobertura que somente deixa o primeiro e o quinquagésimo dominós visíveis. Em um segundo momento, o primeiro e o último dominó estão deitados, em uma mesma direção. Isso significa que um dominó levou o outro a cair? Não necessariamente, pois somente os dois podem ter sido derrubados; sendo assim, é necessário remover a cobertura que encobrem os outros dominós, observando os dominós intervenientes que evidenciam os processos potenciais.

indispensável para testar e desenvolver uma teoria, não se restringindo a atores ou organizações, gerando observações e explicações de um caso, sendo útil em todas as fases de formação, desenvolvimento e teste de teorias. Também pode aperfeiçoar as limitações dos métodos da diferença e da similaridade por meio da identificação de trajetórias únicas ou diferentes. Por fim, é uma ferramenta necessária para descobrir se um fenômeno investigado é caracterizado pela equifinalidade, possibilitando a identificação de trajetórias causais diferentes que levam a resultados semelhantes em casos diferentes, assim como em casos desviantes (George e Bennett, 2005, pp. 350-3).

De acordo com George e Bennett (2005, pp. 347-8), o *process-tracing* deve ser adaptado à natureza do processo causal do fenômeno investigado. A forma mais simples de processo causal é a linearidade; todavia, a maioria dos fenômenos são mais complexos. A causalidade complexa aparece quando o resultado dos fluxos vem da convergência de várias condições, e em casos que consistem de uma sequência de eventos – onde alguns desses eventos impedem certas trajetórias no desenvolvimento e direcionam os resultados em outras direções. Tais eventos são *path-dependency*, sendo possível avaliar em qual extensão e como os resultados possíveis foram restringidos pelas escolhas feitas em pontos decisivos.

Uma das principais perspectivas de análise do institucionalismo histórico e de inserção metodológica nos estudos de caso é o conceito de *path dependency*, definido como fatores num momento histórico que determinam variações nas sequências sociais e políticas, sendo que eventos passados influenciam o presente – demonstrando o impacto dos legados políticos sobre as escolhas (Kato, 1996; Hall e Taylor, 2003). Por sua vez, de acordo com Levi (1997, pp. 28), *path dependency* não quer dizer apenas que a história conta; mais do que isso, significa que um país que já iniciou determinada trilha possui custos para reversão da mesma; existem outros pontos de escolha, mas as barreiras de arranjos institucionais obstruem a tentativa de reversão da escolha inicial. Então, os estudos políticos que se utilizam do conceito de *path dependency* procuram analisar como as sucessivas decisões dos atores são capazes de criar instituições que deixam legados políticos e econômicos quase irreversíveis (Fernandes, 2007, pp.8). Como explicitado por Collier e Collier (1991) e Thelen (1999), a ideia

principal do conceito de *path dependency* é a noção de conjuntura crítica (*critical juncture*), definida como “um período de significativa mudança, que ocorre de modo diferente entre países (ou outras unidades de análise) a partir de rotas estabelecidas inicialmente que demarcam a produção de legados distintos”. (Collier e Collier, 1991, pp.29). Sendo assim, a conjuntura (ou momento) crítica é uma transição política ou econômica vivida por países, com contexto de profunda mudança – seja revolucionária ou por meio de reforma institucional; no momento crítico, o processo de mudança deixa um legado que tornam necessárias escolhas e decisões ao longo do tempo (Fernandes, 2007, pp.6).

Portanto, o *process-tracing* oferece um meio termo para historiadores que se interessam por explicações históricas e para cientistas políticos que examinam as complexidades dos eventos históricos, mas que são atraídos em teorizar categorias e explicar casos individuais. Também é uma ferramenta eficaz para gerar e analisar dados de mecanismos causais, permitindo a inferência baseada em poucos casos, e assinalando variáveis que foram desconsideradas no modelo inicial de comparação dos casos, além de explicar casos desviantes e novas hipóteses. Por fim, aborda o problema da equifinalidade, documentando trajetórias causais alternativas para os mesmos resultados e resultados diferentes para o mesmo fator causal (George e Bennett, 2005, pp.370-1).

4. Considerações finais

O artigo examinou o surgimento e o desenvolvimento histórico da ciência política comparada a partir de suas influências, pontos positivos e negativos para, a seguir, visualizar seus principais paradigmas de análise – a abordagem racional, o institucionalismo histórico e o institucionalismo sociológico – e a emergência de novas teorias que buscam evitar a hegemonia de um único paradigma. Em segundo lugar, debateu o método quantitativo *versus* o método qualitativo. Diversos autores veem o método qualitativo através do espectro da falta de sofisticação – pois falha na seleção de casos e não testa devidamente as hipóteses. Nesse sentido, King, Keohane e Verba (1994) contribuíram imensamente para o debate metodológico da política comparada, apresentando as diferenças, as similaridades

e as vantagens de métodos estatísticos e qualitativos. No entanto, enfatizaram a predominância do método quantitativo, falhando em reconhecer as forças de estudos qualitativos.

Recentemente, muitos acadêmicos têm destacado uma visão mais plural sobre os métodos, enfatizando que ambos encontram obstáculos para realizar inferências causais e descritivas. George e Bennett (2005), assim como Brady e Collier (2004) observaram a maneira pela qual o método qualitativo (em especial, o estudo de caso) pode contribuir para as análises da política comparada, repensando as contribuições de abordagens quantitativas e qualitativas; dessa maneira, o método qualitativo pode contribuir para o teste de hipóteses, sendo que uma abordagem que integre os dois tipos de método deve ser utilizada. Por fim, foram destacadas as ferramentas dos estudos de caso, e como seus parâmetros e mecanismos (como o *process-tracing*) podem colaborar para os mais variados desenhos de pesquisa.

Referências

ALMOND, Gabriel e GENCO, Stephen. (1977), "Clouds, Clocks and the study of politics". *World Politics*, 29, n.4, pp.489-522.

BLYTH, Mark. (2006), "Great Punctuations: Prediction, Randomness, and the Evolution of Comparative Political Science". *American Political Science Review*, pp. 493-498.

BOUDON, Raymond. (1980), *The Crisis in Sociology*. New York: Columbia University Press.

BRADY, Henry, COLLIER, David e SEAWRIGHT, Jason. (2004), "Refocusing the Discussion of Methodology". In Brady and Collier, *Rethinking Social Inquiry: Diverse Tools, Shared Standards*. Rowman & Littlefield Publishers: Oxford, pp. 3-21.

CAMPBELL, Donald. (1975), "Degrees of Freedom and the Case Study". *Comparative Political Studies*, vol. 8, n.2, pp. 178-193.

COLLIER, David. (1993), "The Comparative Method". In Ada Finifter (org.), *Political Science: the State of the Discipline II*. Washington, D.C.: American Political Science Association.

COLLIER, R. B. e Collier, D. (1991), *Shaping the political arena: Critical junctures, the labor movement, and regime dynamics in Latin America*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

COLLIER, David, SEAWRIGHT, Jason e MUNCK, Gerardo. (2004), “The Quest for Standards: King, Keohane and Verba’s Designing Social Inquiry”. Em Brady and Collier, *Rethinking Social Inquiry: Diverse Tools, Shared Standards*. Rowman & Littlefield Publishers: Oxford, pp. 21-51.

COLLIER, David e SEAWRIGHT, Jason. (2004), “Glossary”. In Brady and Collier, *Rethinking Social Inquiry: Diverse Tools, Shared Standards*. Rowman & Littlefield Publishers: Oxford, pp. 273-314.

DAHL, Robert. (1961), “The behavioral approach in political science: epitaph for a monument to a successful protest”. *American Political Science Review*, vol. 55 n. 4, pp. 763-772.

DOUGLAS, Mary. (1998), *Como as Instituições Pensam*. São Paulo: Edusp.

DOWNS, Anthony, (1999), *Uma Teoria Econômica da Democracia*. São Paulo: Edusp.

ECKSTEIN, Harry. (1975), “Case Study and Theory in Political Science”. In Fred Greenstein e Nelson Polsby (Eds.), *Handbook of Political Science*. Reading: Addison.

ECKSTEIN, Harry e APTER, David (1963), *Comparative Politics: A Reader*. New York: The Free Press of Glencoe.

FEARON, James. (1996), “Causes and counterfactuals in social science: Exploring an analogy between cellular automata and historical processes”. In P. Tetlock and A. Belkin (Eds.), *Counterfactual thought experiments in world politics*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

FERNANDES, Antônio S. A. (2007), “Path Dependency e os estudos históricos comparados”. Paper apresentado ao *XXIV Simpósio Nacional de História*, pp. 1-9.

GEDDES, Barbara. (1990), “How the Cases You Choose Affect the Answers You Get: Selection Bias in Comparative Politics,” *Political Analysis*, Vol. 2, pp. 131-150.

GEDDES, Barbara. (1991), “A Game Theoretic Modelo of Reform in Latin American Democracies”. *American Political Science Review*, vol. 85, pp. 371-392.

GEORGE, Alexander e BENNETT, Andrew. (2005), *Case Studies and Theory Development in the Social Science*. Cambridge, Mass: MIT Press.

GEORGE, Alexander e MCKEOWN, Timothy. (1985), "Case Studies and Theories of Organizational Decision Making". *Advances in Informational Processing in Organizations*. Santa Barbara: JAI Press.

GERRING, John. (2007), *Case Study Research: Principles and Practices*. Cambridge: Cambridge University Press.

HALL, Peter e TAYLOR, Rosemary. (2003), "As três versões do neo-institucionalismo". *Lua Nova*, n. 58, pp. 193-224.

HOLT, Robert e TURNER, John. (1970), *The Methodology of Comparative Research*. New York: The Free Press.

HUNTINGTON, Samuel (1968), *Political Order in Changing Societies*. New Haven: Yale University Press.

KATO, Junko. (1996), "Path Dependency As a Logic of Comparative Studies: Theorization and Application". Paper presented at Annual Meeting of American Political Science Association (APSA), San Francisco.

KATZNELSON, Ira. (1997), "Structure and configuration in comparative politics". In Mark Lichbach e Alan Zuckerman (Eds.), *Comparative Politics: Rationality, Culture and Structure*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 81-112.

KING, Gary, KEOHANE, Robert e VERBA, Sidney. (1994), "The Science of Social Science", of *Designing Social Inquiry*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.

LAITIN, David. (2002), "Comparative Politics: the State of the Subdiscipline". In Ira Katznelson e Helen Milner, *Political Science. State of Discipline*. Norton: New York, pp. 630-651.

LEVI, Margaret. (1997), "A Model, a Method, and a Map: Rational Choice in Comparative and Historical Analysis". In Mark Lichbach e Alan Zuckerman (Eds.), *Comparative Politics: Rationality, Culture and Structure*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 19-41.

LICHBACH, Mark e ZUCKERMAN, Alan. (1997), "Research Traditions and Theory in Comparative Politics: An Introduction". In Mark Lichbach e Alan Zuckerman (Eds.), *Comparative Politics: Rationality, Culture and Structure*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 1-16.

LICHBACH, Mark e ZUCKERMAN, Alan. (2009), "Paradigms and Pragmatism: Comparative Politics During the Past Decade". In Mark Lichbach e Alan Zuckerman (Eds.), *Comparative Politics: Rationality, Culture, and Structure*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 1-17.

LIEBERMAN, Evan. (2005), "Nested Analysis as a Mixed-Method Strategy for Comparative Research". *American Political Science Review*. v. 99, n. 3.

LIJPHART, Arend. (1971), "Comparative Politics and the Comparative Method". *American Political Science Review*, v. 65, pp. 682-693.

LOWENSTEIN, Karl. (1944), "Report on the Research Panel on Comparative Government." *American Political Science Review*, v. 38 (June), pp. 540-48.

LUEBBERT, Gregory. (1991), *Liberalism, Fascism, or Social Democracy: Social Classes and the Political Origins of Regimes in Interwar Europe*. New York: Oxford University Press.

MACKIE, John L. (1982), *The cement of the universe: A study of causation*. Oxford: Oxford University Press.

MAHONEY, James. (2010), "After KKV: The New Methodology of Qualitative Research". *World Politics*, v. 62, n.1, pp.120-147.

MAHONEY, James e GOERTZ, Gary. (2006), "A Tale of Two Cultures: Contrasting Quantitative and Qualitative Research". *Political Analysis*, v. 14 n.3, pp. 227-249.

MCKEOWN, Timothy. (1999), "Case Studies and the Statistical World View," *International Organization*, v. 53, n. 1, pp. 161-190.

MUNCK, Gerardo. (2004), "Tools for Qualitative Research". In Brady and Collier, *Rethinking Social Inquiry: Diverse Tools, Shared Standards*. Rowman & Littlefield Publishers: Oxford, pp. 105-121.

OLSON, Mancur. (1999), *A Lógica da Ação Coletiva: Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais*. São Paulo: Edusp.

PERES, Paulo Sérgio. (2008), "Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 68, pp. 53-71.

POPPER, Karl. (1972), "Of Clouds and Clocks: an approach to the problem of rationality and the freedom of man". In Karl Popper, *Objective Knowledge: an evolutionary approach*. Oxford: Clarendon Press.

PRZEWORSKI, Adam e TEUNE, Henry. (1970), *The Logic of Comparative Social Inquiry*. New York: John Wiley.

RAGIN, Charles. (1987), *The Comparative Method: Moving Beyond Qualitative and Quantitative Strategies*. Berkeley: University of California Press.

REZENDE, Flávio da C. (2011), “A nova metodologia qualitativa e as condições essenciais de demarcação entre desenhos de pesquisa na Ciência Política Comparada”. *Revista Política Hoje*, v. 20, n. 1, pp. 218-252.

SARTORI, Giovanni. (1970), “Concept Misformation in Comparative Politics”. *American Political Science Review*, v. 64, pp. 1033-53.

SHEPSLE, Kenneth. (1986), “The positive theory of legislative institutions: an enrichment of social choice and spatial models”, *Public Choice*, v. 50, n.6. p. 135-178.

SKOCPOL, Theda. (1979), *States and Social Revolutions: A Comparative Analysis of France, Russia, and China*. Cambridge: Cambridge University Press.

STEINMO, Sven, THELEN, Kathleen e LONGSTRETH Frank. (1992), *Structuring Politics: Historical Institutionalism in Comparative Analysis*. New York: Cambridge University Press.

TANNENWALD, Nina. (1999), “The Nuclear Taboo: The United States and the Normative Basis of Nuclear Non-Use,” *International Organization*, v. 53, n. 3, pp. 433-68.

THELEN, Kathleen. (1999), “Historical institutionalism in comparative politics”. *Annual Review of Political Science*, v. 2, pp. 369-404.

ZUCKERMAN, Alan. (1997), “Reformulating Explanatory Standards and Advancing Theory in Comparative Politics”. In Mark Lichbach e Alan Zuckerman (Eds.), *Comparative Politics: Rationality, Culture and Structure*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 277-310.